
**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DE
2020**

JANEIRO - SETEMBRO

MAPUTO, NOVEMBRO DE 2020

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

A Enviar a (os):	Data
Sua Excelência Ministro da Economia e Finanças	
Sua Excelência Vice - Ministra da Economia e Finanças	
Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças	
Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças	
Membros do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE	
Membros do Conselho de Direcção Alargado do CEDSIF,IP	
Delegados Provinciais do CEDSIF, IP	

SIGLAS E ACRÓNIMOS

BM	Banco de Moçambique
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CBS	Catálogo de Bens e Serviços
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CEF	Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços
CUPA	Cadastro Único do Produtor Agrário
CUT	Conta Única do Tesouro
e-CAF	Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
e-Folha	Sistema Electrónico de Processamento de Salários
e-SISTAFE	Sistema Electrónico do Sistema de Administração Financeira do Estado
e-Tributação	Sistema Electrónico de Gestão de Arrecadação de Receitas
FAE	Funcionário e Agente do Estado
GFP	Gestão de Finanças Públicas
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
IRN	Imposto de Reconstrução Nacional
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISO	Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>)
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
JUE	Janela Única Electrónica
MAD	Módulo de Avaliação de Desempenho
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MISAU	Ministério da Saúde
MPE	Módulo de Administração do Património do Estado
MAP	Módulo de Administração de Pessoal
MN	Modelo de Negócio
MEO	Módulo de Elaboração Orçamental
MEQP	Módulo de Elaboração de Quadro de Pessoal
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MPO	Módulo de Planificação e Orçamentação

MPOR	Manual de Planificação e Orçamentação
MRS	Módulo de Recrutamento e Selecção de Pessoal
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OE	Orçamento do Estado
PAA	Plano Anual de Aquisições
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PES	Plano Económico e Social
PESOE	Plano Económico Social e Orçamento do Estado
PEFP	Plano Estratégico das Finanças Pública
PRF	Preço de referência
SGA	Sistema de Gestão Autárquica
SGB	Sistema de Gestão de Beneficiários
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções
SINEM	Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SNGRHE	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado
e-SNIP	Aplicação informática do Sistema Nacional de Investimento Público
SNGP	Sistema Nacional de Gestão de Pensões
SNV	Sistema Nacional de Vencimentos
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGC	Unidade de Grandes Contribuintes
UGE	Unidade Gestora Executora
VD	Via Directa
VPN	<i>Virtual Private Network</i>
VTA	Visto do Tribunal Administrativo

Índice

1. INTRODUÇÃO	10
2. ACTIVIDADES EXECUTADAS	11
2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE.....	11
2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE	15
2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE.....	23
2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF.....	25
2.4.1 SERVIÇOS DE SUPORTE INSTITUCIONAL	26
2.4.2 RECURSOS HUMANOS.....	29
2.4.3 GESTÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	31
3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	33
4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	39
5. PERSPECTIVAS PARA 4º TRIMESTRE DE 2020.....	41
6. ANEXOS	44

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório deflute os resultados da implementação do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) do CEDSIF, IP – 2020, e de Janeiro a Setembro o destaque vai para a realização das seguintes acções:

- Garantida a disponibilidade da plataforma informática de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado, o e-SISTAFE, para um total de **1.516** órgãos e instituições do Estado (UGB) ao nível Central, Provincial e Distrital, das **1.610** UGB existentes com tabela de despesa no Orçamento do Estado de 2020, o que corresponde a **92,95%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE. Importa destacar que o e-SISTAFE está operacional em **152** distritos, dos **154** existentes; falta por instalar o equipamento do e-SISTAFE nas Províncias de Gaza e Zambézia, respectivamente, nos distritos de Limpopo e de Luabo.
- Processados com sucesso, face à disponibilidade do e-SISTAFE, um total de **6.237.596** de Ordens de Pagamento (OP), número este que revela um crescimento na emissão de OP na ordem de **2,86%** aproximadamente, face às **6.056.048** OP processadas em igual período de 2019; e executada a despesa pela via directa (pagamentos efectuados directamente da Conta Única do Tesouro – CUT para a conta do beneficiário final fornecedores, prestadores de serviços, FAE, entre outros) em **65,18%** da despesa total do Estado, o que representa um decréscimo na ordem de **2,78%**, face ao desempenho ocorrido em período homólogo do ano 2019, que foi de **67,96%**.
- Garantidas as condições tecnológicas e de suporte ao processamento e pagamento de salários e remunerações através da Via Directa (VD) a **328.165¹** Funcionários e Agentes do Estado (FAE), de um total de **341.478** na situação de activo no Sistema Electrónico de Cadastro de FAE (e-CAF) e com Prova de Vida realizada a 7 de Outubro de 2020, o correspondente a **96,10%** dos FAE cadastrados.
- Reforçadas as competências técnicas dos actores que executam os processos do SISTAFE; e elevada a qualidade dos seus actos, bem como o desempenho das instituições públicas, pois foram formados e reciclados **2.338** utilizadores, de Janeiro a Setembro. Este número reflectea capacitação de **852** utilizadores no primeiro trimestre, **250** no segundo e **1236** no terceiro trimestre.

¹ Dado extraído do relatório sobre o processamento e pagamento de salários e remunerações, gerado no dia 7 de Outubro de 2020.

- Efectuadas melhorias correctivas às funcionalidades concluídas em 2019, bem como o aprimoramento, imprescindíveis para o bom funcionamento do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO), e decorrem os trabalhos preparatórios para o arranque do piloto referente a elaboração do PESOE 2021 no MPO, que irá abranger 5 sectores, nomeadamente, Saúde, Educação, Agricultura, Obras Públicas e Finanças. Foi igualmente revista a legislação actual de suporte ao SISTAFE para adequa-la às necessidades actuais do Subsistema de Planificação e Orçamento e de outros subsistemas, incluindo as necessidades dos novos órgãos descentralizados, sendo que a proposta revisão da Lei do SISTAFE já foi aprovada pelo Conselho de Ministros e remetida a Assembleia da República, em Outubro de 2020
- Está sendo operacionalizado o Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) em **229** instituições, dentre as quais **218** de nível central e **11** provincial; bem como foi desenvolvida a aplicação do Concurso por Lances cuja operacionalização do pré -piloto está previsto que ocorra no mês de Dezembro de 2020 continua o processo de criação de condições no e-SISTAFE para que o Tribunal Administrativo (TA) atribua eletronicamente o Visto, no âmbito da interoperabilidade entre o e-SISTAFE (MPE) e o Sistema do TA, e seja possível proceder-se ao adiantamento de fundos ao credor; e dado o seguimento à revisão de requisitos, tendo em vista concluir os relatórios de gestão, no âmbito da operacionalização das funcionalidades para o Pagamento Antecipado.
- Estão sendo desenvolvidas as funcionalidades de gestão de Outros Impostos (Imposto sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos e demais impostos cobrados através do Modelo B Geral) e de Processos Comuns (Gestão de processos de auditoria e fiscalização, gestão de perfil de risco do contribuinte, gestão de casos de falência, gestão de processos de transgressão e contencioso, gestão de juízo de execuções fiscais e gestão de alertas).
- Iniciado o piloto integrante do e-Tributação na Unidade de Grandes Contribuintes da Cidade de Maputo, que compreende a cobrança de Impostos sobre Rendimento (Declaração Mensal de Retenção na Fonte) e Taxa sobre Combustíveis; e está em expansão o pagamento de impostos via banco para o IVA e ISPC. Refira-se que os contribuintes o fizeram, nomeadamente, no Banco Comercial de Investimentos (BCI), Standard Bank e Arab Bank Corporation (ABC).

- Lançado oficialmente a Fase-1 de Piloto do Projecto Sistema de Gestão Autárquico (SGA), na componente e-SISTAFE Autárquico, estando em operacionalização nos Municípios das Cidades de Maputo e Matola, e da Vila de Boane. Na ocasião foram feitas as demonstrações sobre o funcionamento da plataforma electrónica, na componente de gestão financeira (e-SISTAFE Autárquico).
- Elaborado o documento da estratégia de desenvolvimento do Sistema de Gestão da Dívida Pública, que determina que se proceda à migração do actual sistema designado por CS_DRMS para o MERIDIAN em primeiro lugar, ambos propriedade do Secretariado da Commonwealth, e se assegure a sua integração com os outros Módulos do e-SISTAFE.
- Prosseguem o processamento e pagamento de salários com base na informação gerada na plataforma informática de suporte ao Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), o e-SNGRHE, em **16** (dezassex) das **17** instituições abrangidas, bem como os trabalhos da sua expansão.
- Garantida a disponibilidade da aplicação informática do Sistema de Gestão de Beneficiários de Programas de Acção Social (e-INAS) a **31** Delegações do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) para o processamento e pagamentos de subsídios monetários ao cidadão em situação de pobreza assistido por aquela instituição, e dada continuidade ao desenvolvimento de funcionalidades para o pagamento de subsídios com recurso a plataformas de moeda electrónica.
- Elaborado o Modelo de Negócio e implementada a Arquitectura Tecnológica para o desenvolvimento das funcionalidades do Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias (SINEM), inseridas na Bolsa de Mercadorias de Moçambique, e iniciado o desenvolvimento das respectivas funcionalidades.
- Concluído o desenvolvimento do sistema informático do Cadastro Único do Produtor Agrário (CUPA), o qual servirá ao registo e caracterização dos produtores agrícolas, como instrumento de geração de informação subsidiária ao processo de elaboração e operacionalização de políticas do sector agrário.
- Prossegue o ajuste do Modelo Conceptual do Sistema de Informação às Funções do Ministério Público (SISMP) a todos os órgãos e jurisdições do Ministério Público (MP), e concluído o estudo da Legislação Processual Penal, a qual estabelece linhas orientadoras para a construção do Modelo Ideal da Jurisdição Criminal.

O Plano de Actividades e Orçamento de 2020 do CEDSIF, IP prevê a realização de **71²** actividades, das quais **62** tem a sua conclusão prevista para o 4º Trimestre e **8** até ao 3º Trimestre, o que corresponde a **87,32%** e **11,11%**, respectivamente do PAO 2020, o que significa que a maioria das actividades realizadas pelo CEDSIF, IP são de carácter anual.

Das **8** actividades previstas a executar na totalidade no período em análise, foram concluídas **4**, equivalentes a **50%**, sendo que **62** estão em processo de execução, e a sua conclusão está prevista para o 4º Trimestre.

Para materialização das actividades previstas e alcance dos progressos registados no período de Janeiro a Setembro do presente exercício económico, o CEDSIF, IP contou com **312** colaboradores, e para garantir a execução do PAO 2020, realizou a execução orçamental de despesa acumulada de **572.812.991,41MT**, equivalente a **50,04%** da dotação orçamental actualizada, cujo valor é **1.024.121.396,69 MT**.

² No PAO 2020 estavam previstas **73** actividades, tendo sido, no âmbito da sua revisão, retiradas **2** face à impossibilidade da sua realização devido à pandemia da COVID 19.

1.INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças – CEDSIF, IP é uma instituição colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, definido como Instituto Público, pelo Decreto n.º 67/2019, de 5 de Agosto, no âmbito da revisão das suas normas de organização e funcionamento, bem como das suas competências e mecanismos de gestão.

O CEDSIF foi criado pelo Decreto n.º 34/2010, de 30 Agosto, o qual sofreu alterações através do Decreto n.º 27/2012, de 26 de Julho. O CEDSIF, IP tem por objecto prover serviços de modernização dos processos de negócio e dos sistemas de informação de Gestão de Finanças Públicas a todos os Órgãos e Instituições do Estado, incluindo as autarquias locais.

Para o cumprimento do seu objecto, o CEDSIF-IP dispõe de um Plano de Actividades e Orçamento de 2020 (PAO 2020), elaborado como instrumento orientador do processo de execução das suas actividades, no quadro das suas competências e atribuições.

O PAO 2020 prioriza o desenvolvimento de acções que permitirão alcançar os resultados definidos nos seguintes objectivos: (i) Consolidar a reforma do SISTAFE; (ii) Dar continuidade a implementação do SISTAFE; (iii). Apoiar as instituições do Estado no desenvolvimento de sistemas complementares ao e-SISTAFE e (iv) Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional.

Para execução do PAO 2020, o CEDSIF, IP tem uma dotação orçamental actualizada de **1.024.121.396,69 MT**, derivada das fontes de recursos internos e externos alocados no período em análise.

O presente Relatório compreende as actividades desenvolvidas pelo CEDSIF-IP, no âmbito da execução do seu Plano de Actividades e Orçamento 2020 (PAO 2020), e a sua estrutura, além do sumário executivo, insere os seguintes pontos:

1. Introdução
2. Actividades executadas
3. Balanço de execução orçamental
4. Avaliação de desempenho
5. Perspectivas para o 4º trimestre de 2020
6. Anexos

2. ACTIVIDADES REALIZADAS

O presente relatório compreende as actividades realizadas pelo CEDSIF, IP no período de Janeiro a Setembro de 2020, nas componentes de consolidação da reforma e continuidade do SISTAFE, implementação de sistemas complementares do SISTAFE, bem como de funcionamento e desenvolvimento institucional, no âmbito da execução do PAO 2020 do CEDSIF, IP.

2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE

Nesta componente foram melhorados os processos dos subsistemas existentes, tendo estes passado a corresponder com maior eficácia às exigências do contexto actual e às solicitações dos utilizadores, destinatários e beneficiários do e-SISTAFE, no âmbito das reformas previstas na Lei do SISTAFE já implementadas, e das que estão em processo de consolidação; sendo que são de retratar as seguintes:

No domínio de execução da despesa do estado, face à disponibilidade de rede nas UGB, através da plataforma informática do SISTAFE, o e-SISTAFE, foi executado, obedecendo às três fases de execução de despesa (cabimentação, liquidação e pagamento), **65,18%** da despesa total do Estado pela Via Directa, conforme ilustra a tabela 1 abaixo. Sendo que o nível alcançado, comparado com o de igual período de 2019, cuja execução foi de **67,96%**, mostra que a execução da despesa do Estado pela Via Directa decresceu em **2,78%**; e grande porção dos pagamentos pela via indirecta recai sobre os salários e transferências correntes (adiantamento de fundos- AFU).

Tabela 1- Execução da despesa do Estado pela Via Directa, no período de Janeiro a Setembro de 2020

TIPO DE DESPESA (CED)	MAPA RESUMO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2019 vs 2020													
	De JANEIRO A SETEMBRO DE 2019 (Posição em 30/09/2019)							De JANEIRO A SETEMBRO DE 2020 (Posição em 30/09/2020)						
	Via Directa (VD)	%VD em cada linha de Despesa	% da VD no Total da Despesa	Via Indirecta (AFU)	%AFU em cada linha de Despesa	% do AFU no Total da Despesa	Total VD+AFU	Via Directa (VD)	%VD em cada linha de Despesa	% da VD no Total da Despesa	Via Indirecta (AFU)	%AFU em cada linha de Despesa	% do AFU no Total da Despesa	Total VD+AFU
Funcionamento	99 528,25	69,89	51,73	42 875,83	30,11	22,29	142 404,08	109 874,88	67,84	51,30	52 088,18	32,16	24,32	161 963,06
Salários e Remunerações	64 713,22	79,63	33,64	16 555,00	20,37	8,60	81 268,23	69 911,47	78,89	32,64	18 708,15	21,11	8,74	88 619,62
Demais Despesas com o Pessoal	2 575,73	77,92	1,34	729,76	22,08	0,38	3 305,49	2 807,16	88,08	1,31	379,84	11,92	0,18	3 187,00
Bens e Serviços	14 176,87	84,67	7,37	2 566,83	15,33	13,34	16 743,70	18 290,30	81,78	8,54	4 075,35	18,22	1,90	22 365,65
Encargos da Dívida	12 348,41	59,30	6,42	8 474,93	40,70	4,40	20 823,34	11 321,74	51,08	5,29	10 843,09	48,92	5,06	22 164,83
Transferências Correntes	4 549,03	24,03	2,36	14 379,75	75,97	7,47	18 928,78	5 144,05	22,28	2,40	17 943,27	77,72	8,38	23 087,32
Subsídios	807,55	100,00	0,42	-	0,00	0,00	807,55	910,78	100,00	0,43	-	0,00	0,00	910,78
Exercícios Findos	105,66	84,77	0,05	18,98	15,23	0,01	124,64	1 190,49	99,70	0,56	3,54	0,30	0,00	1 194,03
Demais Despesas Correntes	98,78	39,71	0,05	149,98	60,29	0,08	248,77	149,11	52,71	0,07	133,78	47,29	0,06	282,89
Despesas de Capital	152,98	99,61	0,08	0,59	0,39	0,00	153,58	149,79	99,23	0,07	1,16	0,77	0,00	150,94
Investimento Interno	18 298,92	465,09	9,51	4 070,67	134,91	2,12	22 369,59	15 407,47	84,94	7,19	2 732,65	15,06	1,28	18 140,11
Salários e Remunerações	858,09	92,09	0,45	73,70	7,91	0,04	931,79	826,59	87,84	0,39	114,45	12,16	0,05	941,04
Demais Despesas com o Pessoal	1 136,33	63,93	0,59	641,18	36,07	0,33	1 777,50	299,41	97,87	0,14	6,52	2,13	0,00	305,93
Bens e Serviços	5 137,20	95,90	2,67	219,76	4,10	0,11	5 356,96	2 900,27	92,02	1,35	251,61	7,98	0,12	3 151,88
Transferências Correntes	150,86	33,66	0,08	297,28	66,34	0,15	448,14	0,94	7,19	0,00	12,09	92,81	0,01	13,03
Exercícios Findos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	1,80	100,00	0,00	-	-	-	1,80	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	11 014,64	79,51	5,72	2 838,76	20,49	1,48	13 853,41	11 380,26	82,90	5,31	2 347,97	17,10	1,10	13 728,22
Investimento Externo	6 090,04	80,98	3,17	1 430,17	19,02	0,74	7 520,21	4 139,95	60,97	1,93	2 649,75	39,03	1,24	6 789,69
Salários e Remunerações	505,19	98,47	0,26	7,86	1,53	1,53	513,05	391,04	99,37	0,18	2,48	0,63	0,00	393,52
Demais Despesas com o Pessoal	547,13	97,47	0,28	14,22	2,53	0,01	561,36	459,03	99,41	0,21	2,71	0,59	0,00	461,74
Bens e Serviços	2 443,02	72,35	1,27	933,88	27,65	0,49	3 376,89	2 015,14	64,81	0,94	1 094,10	0,51	0,51	3 109,25
Transferências Correntes	160,46	31,93	0,08	342,00	68,07	0,18	502,46	300,48	16,44	0,14	1 526,82	83,56	0,71	1 827,31
Exercícios Findos	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	-	-	0,00	-	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	2 434,25	94,85	1,27	132,21	5,15	0,07	2 566,45	974,25	97,63	0,45	23,63	2,37	0,01	997,88
Operações Financeiras	6 840,71	34,03	3,56	13 262,23	65,97	6,89	20 102,95	10 177,75	37,31	4,75	17 100,38	62,69	7,98	27 278,13
TOTAL (Funcionamento+Investimento Interno+Investimento Externo+Operações Financeiras)	130 757,91	-	67,96	61 638,91	-	32,04	192 396,82	139 600,05	-	65,18	74 570,96	-	34,82	214 171,01

Fonte: Relatórios Demonstrativos Consolidados da Despesa com a posição de 30/09/2020.

No mesmo período foi garantida a disponibilidade do e-SISTAFE a nível nacional, executada a despesa por Via Directa, e processados e pagos os salários e remunerações aos Funcionários e Agentes do Estado. No período em apreço, concretamente em Setembro, estiveram disponíveis **978**

sites, o que equivale à **96,16%** do universo de **1.017 sites**, e estiveram indisponíveis **39 sites**, o correspondente a **5,53%** do universo, conforme ilustra a tabela 2 (dinâmica comportamental de sites no período de Janeiro a Setembro de 2020 quanto à disponibilização e operacionalização do e-SISTAFE ao nível Central e Provincial). Refira-se que a indisponibilidade dos sites foi devido às avarias dos equipamentos, problemas de rede da Moçambique TELECOM (Tmcel) e da Movitel, de falta de energia e avaria de equipamento de comunicação local.

Tabela 2: Disponibilidade de Sites Registada no período de Janeiro a Setembro de 2020

Meses		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Nr. de Sites do e-SISTAFE	Total	992	992	1.001	1001	1012	1011	1.019	1.017	1017
	Disponíveis	926	928	925	924	941	955	989	985	978
	Indisponíveis	66	64	76	77	71	56	30	32	39
	Disponíveis %	93,35%	93,54%	92,41%	92,3%	93%	94%	97,05	96,85	96,16%

Fonte: e-SISTAFE

Face à disponibilidade da plataforma informática (e-SISTAFE), foram processados **6.237.596** Ordens de Pagamento (OP), contra **6.056.048** registados em igual período em 2019, ou seja, houve crescimento de aproximadamente **3%**, comparado com igual período relativo ao ano anterior, conforme ilustram os gráficos 1 e 2 abaixo.

Gráfico 1- Ordens de Pagamento processadas de Janeiro a Setembro de 2020

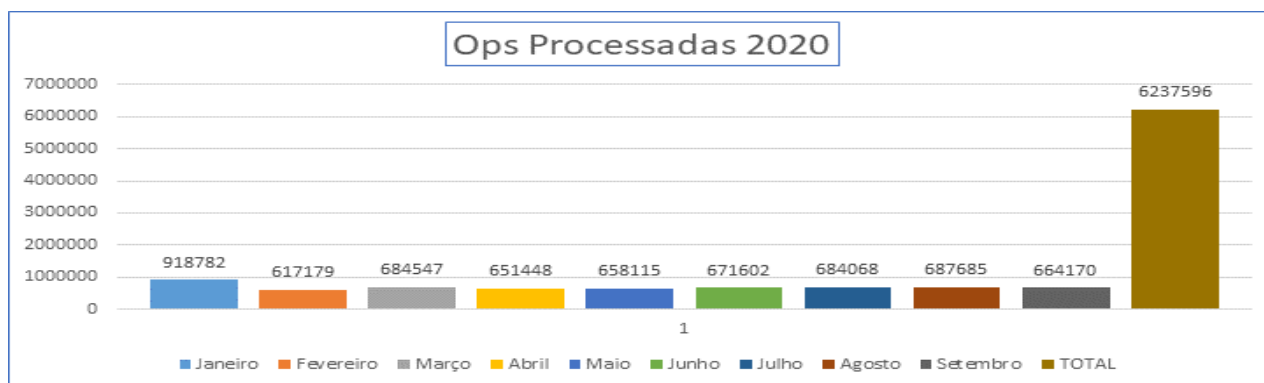
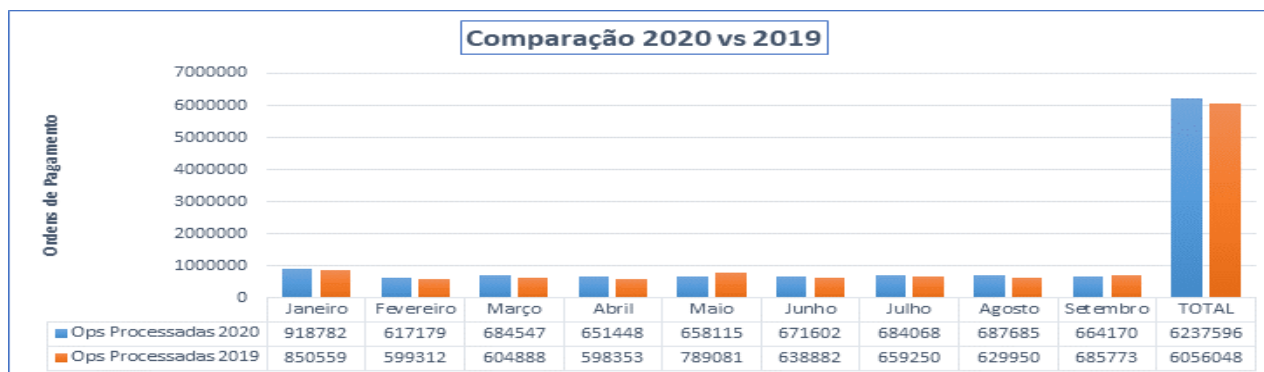


Gráfico 2- Número de Ordens de Pagamento processadas de Janeiro a Setembro de 2020 vs 2019



- Efectuado o pagamento de salários pela Via Directa (VD) a **328.165** FAE, de um total de **341.478** na situação de activo no e-CAF e com Prova de Vida realizada até 7 de Outubro de 2020, o correspondente a **96,10%** do universo no activo. Do total dos FAE pagos pela VD, **321.462**, número superior ao de igual período de 2019, que foi de **320.236**, tiveram os seus salários processados através do e-Folha, o que corresponde a **94,13%** do total dos FAE.
- Capacitados **2.338** utilizadores do e-SISTAFE, diante de uma meta anual de **4.000** utilizadores, contra **4.704** registados em igual período no exercício económico de 2019. O baixo nível de execução do plano resulta da propagação de pandemia da COVID 19. Do universo registado no período de Janeiro a Setembro, **1.062** beneficiaram de capacitação em matérias do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **293** em Incorporação de Bens Patrimoniais, **201** em Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **389** em Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha), **150** em Administradores de Segurança do e-SISTAFE (AS) e **67** em Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), **79** no Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), **77** Módulo de Elaboração Orçamental Autárquico (MEO-A) e **20** no Módulo de Execução Orçamental Autárquico (MEX-A).

Pretende-se com estas capacitações promover as competências técnicas dos actores envolvidos na execução de processos do SISTAFE, bem como melhorar a qualidade dos seus actos e do desempenho das instituições públicas.
- Capacitados, em conjunto com o Ministério da Economia e Finanças, os deputados da Assembleia da República, incluindo os membros de Comissões de Trabalho, sobre Instrumentos de Planificação, Monitoria e Avaliação, e aos Membros do Governo, Governadores e Secretários do Estado, sobre Instrumentos de Planificação, Monitoria e Avaliação e Gestão do Património do Estado, no âmbito de indução organizada pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública.
- Providenciado o serviço de assistência ao utilizador do e-SISTAFE, e registados **10.019** solicitações dos utilizadores, dos quais **9.059**, o que corresponde a **90,41%**, foram resolvidos em tempo útil, contra **8.907** solicitações dos utilizadores, dos quais foram resolvidos **8.154**, registados em igual período de 2019. Dentre as solicitações registadas, merecem destaque **5.073** dos Serviços Bancários relacionadas com a fixação de descontos de financiamento aos Funcionários e Agentes do Estado, **737** casos do e-CAF referentes à manutenção de dados de Funcionários e Agentes do Estado (correção e actualização de

dados pessoais e manutenção das folhas de salário); **2.199** relativos aos Sistemas Paralelos derivados do processamento e impressão de folhas de salários processadas via Sistema Nacional de Vencimentos (SNV), disponibilização de ficheiro padrão; e **497** no âmbito de operação do e-SISTAFE, conforme a tabela 3.

Tabela 3: Solicitações de Apoio ao Utilizador registadas de Janeiro a Setembro de 2020

Aplicação/Serviço	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Total Geral
e-CAF	84	56	68	92	109	88	111	76	53	10.019
e-Folha	11	20	22	20	19	12	12	19	35	
e-SISTAFE	74	49	30	36	68	67	71	53	49	
Gestão de Património *	1	0	2	0	2	17	13	1	0	
MEX	29	32	80	79	100	92	132	133	93	
Security	34	35	49	22	32	15	45	33	52	
Serviços Bancários	878	728	708	352	388	356	669	644	320	
Sistema Paralelo	304	262	435	210	240	152	245	221	130	
Serviço Operação	9	12	4	5	17	5	14	11	0	
MPE	8	10	13	9	3	18	16	17	21	
CBS	0	0	0	1	0	0	1	0	0	
Formcreator	0	0	15	16	0	0	0	17	0	
e-Inventário	0	1	0	3	2	1	0	0	0	
e-SNGRHE	5	3	0	0	0	0	4	3	2	
Segurança	0	0	0	0	3	2	0	33	0	
Total	1.432	1.208	1.426	845	933	825	1.333	1.261	755	

*Património do CEDSIF

Relativamente à Consolidação da Reforma do SISTAFE, foram registados progressos no Módulo de Execução Orçamental (MEX), com maior incidência na implantação de melhorias no e-SISTAFE, e-CAF, e-FOLHA, Módulo de Retenção na Fonte e *Security Framework*.

No Módulo de Execução Orçamental (MEX), foi elevada a eficácia do processo de encerramento e abertura dos exercícios económicos, tendo sido, entre outros (i) actualizado o Plano Básico de Contabilidade Pública (PBCP), e, por conseguinte, passado a incluir a nova operação contabilística, quanto ao cancelamento de contratos gerados no processo de gestão da contratação pública, no âmbito do MPE; (ii) elaboradas as Notas de Lançamento para corrigir situações de operações não efectuados pelas Guias de Recolha, de Fontes de Recursos que não apontavam o agregado da despesa correcto; (iii) criadas as condições técnicas, elaborando, com incidência no Módulo de Execução Orçamental, o Modelo de Negócio para criação do Classificador de Gestão Orçamental, desenvolvendo e validando as funcionalidades que criam os Códigos de Orgânicos e Unidades Funcionais, para permitir que os Órgãos de Governação descentralizada, no âmbito da Nova Estrutura Administrativa de Governação, 2020 - 2024, Lei n.º 4 /2019, possam programar, carregar e executar o seu orçamento; e (v) elaborado o Modelo de Negócio de adequação do e-SISTAFE à execução dos processos da despesa pelos novos Órgãos de Gestão Descentralizada Provincial.

No domínio de implantação de melhorias no e-SISTAFE, (i) foram validadas as especificações dos Relatórios da Conta de Gerência, de Conciliação Automática-CUT e do Detalhado da Conciliação

Automática-CUT, passando estes a considerar todas as receitas e ordens de pagamento (OP) que, porventura à data da consulta, não tenham sido recolhidas, enviadas e ou processadas pelo Banco de Moçambique, tendo em vista garantir o histórico das posições diárias da conciliação da CUT; (ii) está em elaboração o Modelo Conceptual da nova visão da Programação Financeira, para melhorar os actuais processos e instrumentos da programação financeira, passando a quantificar e estabelecer os fluxos financeiros da tesouraria do Estado, tendo como parâmetros a previsão da receita, os limites da despesa, as demandas para despesas e a tendência do resultado do exercício económico; e (iii) está em curso a validação das especificações dos relatórios de histórico das posições diárias da conciliação da CUT, para que considerem todas as receitas e Ordens de Pagamentos não recolhidas na consulta, enviadas e ou processadas pelo Banco de Moçambique; e melhorada a regra de cálculo de salário no CAF face à actualização do respectivo modelo de negócio.

Na manutenção preventiva, correctiva e evolutiva de funcionalidades, no âmbito da consolidação da Reforma do SISTAFE, merecem destaque a:

- Elaboração do Modelo de Negócio que impede que o sistema altere o valor de desconto de emolumentos do Tribunal Administrativo, caso este tenha sido fixado para o FAE pelo Tribunal Administrativo, através da aplicação manter Visto do Tribunal Administrativo (VTA), bem como do Modelo de Negócio do e-CAF para adequar as Regras de cálculo de salário;
- Actualização do Modelo de Negócio do e-CAF e das regras do cálculo de salário para efeitos de transferência em simultâneo de vários FAE do mesmo sector para um outro, bem como para a mudança de carreira, promoção e progressão, mantendo os abonos e os subsídios que vinham auferindo aquando de transferência dos antigos orgânicos ou sectores, no âmbito da Governação Descentralizada Provincial;
- Actualização do Modelo de Negócio do CAF, tendo passado a permitir que o Administrador da Folha de Salário tenha acesso ao Relatório de Acompanhamento de Geração, Carga, Sincronização e Pagamento da Subfolha de Salário;
- Validação da funcionalidade do e-CAF que garante que todos os actos administrativos de FAE que ocorrem no e-SNGRHE sejam sincronizados para o CAF, passando este a ser gerido a nível do e-SNGRHE; e homologada a funcionalidade que permite a transferência massiva dos funcionários públicos no e-SNGRHE;
- Está em processo a criação de condições técnicas para a operacionalização do sistema de Alerta de Pagamentos no e-SISTAFE, que consiste em emitir SMS aos gestores sempre que

ocorram pagamentos acima de limite pré-estabelecido. Neste sentido, foi concebida uma estratégia de operacionalização, iniciada a colecta de dados de contacto dos Ordenadores de Despesa de todas Unidades Gestoras Executoras (UGE) e estabelecidos os limites a partir dos quais serão emitidos alertas; e

- Criação de condições técnicas para o sistema, em casos de cancelamento de contratos do MPE cuja quota financeira tenha sido liberta para UGE, poder, a partir desta, proceder à sua devolução à Unidade Intermédia do Subsistema do Tesouro Público, no âmbito da implementação de administração do Património do Estado (MPE); operacionalização das funcionalidades do pagamento antecipado, no âmbito do MPE, e melhorado o processo de gestão dos contractos gerados nesta modalidade de contratação, bem como na gestão das garantias Bancárias; porque passou a incluir a informação de autenticidade, validade, valor do bem, assim como a informação dos saldos dos contratos de Pagamento Antecipado, nos relatórios de Execução Orçamental Despesa.

2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE

No âmbito de continuidade à implementação das reformas previstas na Lei do SISTAFE, que se mostram fundamentais para a boa Gestão das Finanças Públicas, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

2.2.1. Projecto e-Tributação

Para aproximar a Administração Fiscal aos cidadãos e simplificar o processo de tributação através da construção de novos postos fiscais e da implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (e-Tributação, Janela Única Eletrónica), foram registadas as seguintes realizações:

- Estão sendo desenvolvidas as funcionalidades relativas a Entrega 3, a saber: de gestão de Outros Impostos (Imposto sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos e demais impostos cobrados através do Modelo B Geral) e Processos Comuns (Gestão de processos de auditoria e fiscalização, gestão de perfil de risco do contribuinte, gestão de casos de falência, gestão de processos de transgressão e contencioso, gestão de juízo de execuções fiscais e gestão de alertas). Espera – se que sejam operacionalizadas em Dezembro de 2020.
- Concluído o piloto de pagamento via Banco no e-Tributação, envolvendo os contribuintes do Posto de Cobrança da Josina Machel e o Banco BCI, e actualizados os dados dos

contribuintes nos Postos de Cobrança do Jardim e de Marracuene, no âmbito do piloto da segunda entrega do e-Tributação, tendo em vista proporcionar a elegibilidade à cobrança dos impostos desta entrega, nomeadamente, Impostos de Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) e Colectivas (IRPC), Impostos sobre a produção Mineira, Imposto sobre a produção de Petróleo, Imposto sobre Superfície e a Taxa sobre Combustíveis; e iniciado o piloto integrante do e-Tributação na Unidade de Grandes Contribuintes da Cidade de Maputo, tendo compreendido a cobrança de Impostos sobre Rendimento (Declaração Mensal de Retenção na Fonte) e Taxa sobre Combustíveis.

- Está em curso a expansão do pagamento de impostos via banco para o IVA e ISPC pelos contribuintes, envolvendo os bancos com condições técnicas, nomeadamente, Banco Comercial de Investimentos (BCI), Standard Bank e Arab Bank Corporation -ABC, tendo os contribuintes das Unidades de Cobrança começado a efectuar pagamento de imposto via banco; e
- Revistos os Acordos de Adesão e elaborado o Acordo de Nível de Serviços relativos à intermediação bancária no pagamento de impostos, e aprovados pelo Banco de Moçambique. Estes instrumentos deverão ser assinados pela Autoridade Tributária de Moçambique e os Bancos Comerciais, no âmbito desenvolvimento da Interoperabilidade entre o e-SISTAFE e a Janela Única Electrónica (JUE), que compreende a classificação e comunicação automática da receita entre as Alfândegas e o Tesouro, na componente da implementação da **Rede de Cobrança**. Refira-se que a AT está a proceder à harmonização do Contrato de adesão ao pagamento de imposto via banco; Acordo de níveis de serviço; e do Plano de Acção a seguir para implementação do Processo.

2.2.2. Projecto Módulo de Administração do Património do Estado (MPE)

No decurso da implementação do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) houve progressos reflectidos na implementação e operacionalização de funcionalidades do MPE, bem como na harmonização e gestão de mudança, no âmbito da expansão das funcionalidades do MPE, e são de destacar as seguintes realizações:

- Dada continuidade à operacionalização do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE), estando em utilização em **229** instituições, dentre as quais **218** são de nível central e **11** de provincial;
- Em curso a criação de condições técnicas no e-SISTAFE para permitir que o TA atribua electrónicamente o Visto. A nível técnico, foi elaborado, harmonizado e aprovado o Modelo

de Negócio, no âmbito de Interoperabilidade entre o e-SISTAFE (MPE) e o sistema do Tribunal Administrativo (TA) para atribuição electrónica do visto;

- Criadas as condições para a realização de pagamento antecipado ao credor e está em curso a revisão de requisitos dos relatórios de gestão de pagamentos, na componente de operacionalização das funcionalidades de Pagamento Antecipado;
- Realizados os testes de integração entre o CEF e o e-Tributação para a troca de informação sobre o NUIT, no âmbito de operacionalização de procedimentos de melhoria de mecanismos de intervenção da Autoridade Tributária no Processo de Execução Orçamental; e
- Concluído o desenvolvimento das funcionalidades do Concurso por Lances, bem como os trabalhos para a sua operacionalização, tendo sido elaborado o plano do piloto, o qual prevê que o CEDSIF, IP faça o lançamento do primeiro concurso por Lances, como unidade Pré-piloto em Dezembro do corrente ano

Na expansão de funcionalidades do MPE, (i) foi concluída a disponibilização dos relatórios de apoio à gestão do CEF, no âmbito de operacionalização efectiva do CBS e CEF, bem como a elaboração do Plano de formação e do respectivo orçamento, e estão em curso os trabalhos para operacionalização do Plano de Contratações; e (ii) está em curso o levantamento de requisitos do processo de inventariação de bens com recurso ao leitor de código no contexto de amortizações e reintegra de bens, no âmbito da expansão de funcionalidades do MPE.

Na componente de operacionalização do Portal de Contratação Pública, (i) foi aprovado o cronograma de actividades do desenvolvimento do Portal de Compras, e validado o documento de arquitectura; e (ii) prossegue a elaboração do Modelo de Negócio, a validação do *layout* do portal e a implementação da comunicação com a interface tecnológica, que vai habilitar a interoperabilidade entre o Portal e as aplicações do MPE.

2.2.3. Projecto Subsistema de Planificação e Orçamentação

No âmbito do Módulo de Planificação e Orçamentação - MPO, (i) foram efectuadas melhorias nas funcionalidades do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO), concluídas em 2019, como resultado dos testes piloto efectuado em alguns sectores, nomeadamente o Ministério da Saúde, CEDSIF, IP e os Serviços Provinciais de Economia e Finanças de Niassa, Nampula e Sofala; (ii) iniciado um trabalho conjunto entre as DNPO, DNMA, DNCP, e CEDSIF para a definição dos relatórios de monitoria e avaliação dos Planos, Programas e Orçamento, (iii) actualizados o Modelo

Conceptual e o Manual de Planificação e Orçamentação (MPOR), e ajustados ao Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO) para que seja aplicável nos Órgãos de Governação Descentralizada a todos os níveis (Provincial, Distrital, Municípios e Autarquias); (iv) está em elaboração a Carteira de Programa e o Manual Operacional do MPO; (v) foram formados 52 formadores que irão formar os utilizadores de nível central e os formadores de nível provincial, estes últimos que terão a responsabilidade de formar os utilizadores de nível provincial e distrital; e (vi) decorrem os trabalhos preparatórios para a realização da simulação de elaboração do Plano Económico Social e Orçamento do Estado (PESOE) (2021), no MPO, devendo participar alguns sectores, nomeadamente, de Saúde, Educação, Agricultura, Obras Públicas e das Finanças, para elaborarem o Plano Económico Social e Orçamento do Estado (PESOE) de 2021 também no MPO, a título experimental.

Refira-se que foi estabelecida como meta para o ano de 2020, *“100% das instituições a elaborarem o Plano e Orçamento do Estado de 2021 no MPO”*, meta esta que se previa que fosse alcançada no terceiro Trimestre de 2020. Porém, não foi alcançada devido aos seguintes factores: (i) necessidade de realização de melhorias correctivas e de aprimoramento da aplicação imprescindíveis para o bom funcionamento do MPO; (ii) operacionalização da nova estrutura de governação descentralizada ao nível das províncias, a qual culminou com a alteração profunda da estrutura administrativa, resultando na criação de mais novas Unidades Gestoras Beneficiárias (criação de cerca de 187 novas Unidades Gestoras Beneficiárias); e (iii) a eclosão da pandemia do COVID 19 em Moçambique.

Sendo que, o processo de elaboração do Plano e Orçamento no MPO, foi reprogramada para ano de 2021, devendo ocorrer aquando da elaboração do Plano e Orçamento de 2022. Entretanto, está previsto para o mês de Novembro de 2020 o arranque do piloto, em 5 sectores, nomeadamente, Ministério da Saúde (MISAU), Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Ministério (MADER), Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) e Ministério da Economia e Finanças (MEF). Ainda neste âmbito, foi revista a lei do SISTAFE e apreciada pelo Conselho de Ministros, tendo sido depositada à Assembleia da República para apreciação e aprovação.

2.2.3. Projecto Sistema de Gestão Autárquica

O projecto Sistema de Gestão Autárquica compreende um sistema integrado de gestão, que contempla duas componentes, nomeadamente: (i) a gestão financeira; e (ii) a gestão urbanística, ambiental e de serviços municipais, para prover processos e ferramentas de trabalho que apoiem as Autarquias no efectivo cumprimento da sua missão.

Para o ano de 2020, está prevista que a implantação do e-SISTAFE Autárquico em 5 autarquias até 4º Trimestre, e neste sentido no período em análise foi lançado oficialmente a Fase-1 do Piloto do Projecto Sistema de Gestão Autárquico (SGA), na componente e-SISTAFE Autárquico, cuja operacionalização decorre nos Municípios das Cidades de Maputo e Matola, e da Vila de Boane. Na ocasião, foram feitas as demonstrações sobre o funcionamento da plataforma electrónica na componente de gestão financeira (e-SISTAFE Autárquico), que inclui a planificação, o pagamento da despesa, a geração, envio e processamento de resposta da respectiva ordem de pagamento (OP). Refira-se que decorre o trabalho integrado de preparação, para formar e iniciar a elaboração dos orçamentos destas Autarquias via e-SISTAFE ainda este ano, em coordenação com a Associação Nacional de Municípios de Moçambique (ANAMM) e as delegações provinciais do CEDSIF, IP.

Ainda no âmbito da implantação do e-SISTAFE em 5 autarquias, decorrem os trabalhos de manutenção e aprimoramento necessários às funcionalidades para garantir o pleno funcionamento do sistema e a elaboração dos seus orçamentos para 2021, bem como os relativos ao início do processamento e pagamento de salários simplificado através da funcionalidade de Requisição de Pagamento Colectivo (RPC) via e-SISTAFE Autárquico, no quarto trimestre de 2020. Neste âmbito foram formados os funcionários das Autarquias piloto com perfil para este efeito, e decorre o processo de cadastro dos funcionários e dos domicílios bancários no sistema para permitir o início do pagamento de salários ainda em 2020.

Ainda neste período foi implantado o Portal actualizado do SGA, feita a manutenção e aprimoramento das funcionalidades do MEO-A, MEX-A para garantir que as Autarquias integrantes de piloto utilizem plenamente o sistema.

2.2.5. Projecto do Subsistema de Controlo Interno

Este projecto compreende acções que visam disponibilizar as funcionalidades de Gestão da Programação do Controlo Interno e das Listas de Verificações do Módulo de Controlo Interno, a aplicar em auditoria. Assim, no período em análise, foi concluído o desenvolvimento e implementadas melhorias em funcionalidades de:

- Administração, que consiste em criar perfis de utilização da aplicação, atribuindo perfil e privilégio na aplicação, criar unidades, função, gestão de Auditoria, gerir a Hierarquia das Inspeções de Finanças e Sectoriais;

- Gestão das Listas de Verificação de Auditoria, que consiste na gestão dos testes e dos critérios de avaliação usados nas diferentes auditorias. Estes critérios variam segundo a matriz de riscos dos objectos auditáveis; e
- Planificação, que consiste na Gestão da Programação do Controlo Interno.

Ainda no período em apreço, foi instalado e configurado o ambiente de homologação, no qual ocorrerão todos os testes e validações das aplicações a medida que forem desenvolvidas, iniciadas a validação e correcções de arquitectura da aplicação para confirmação da sua compatibilidade com o processo de desenvolvimento do CEDSIF, IP, e decorre a homologação da funcionalidade de Gestão da Programação do Controlo Interno.

2.2.6. Projecto Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas

No período em análise, foram desenvolvidos os mecanismos de disponibilização dos dados para os 7 indicadores chave do desempenho da educação, previstos para o ano de 2020, nomeadamente: Taxa de Admissão; Taxa de Escolarização; Taxa de Aprovação/Conclusão; Taxa de Reprovação; Taxa de Desistência; Rácio Aluno-Professor; e Distribuição Geográfica. Estes indicadores podem ser vistos em várias dimensões: Ano, Província, Distrito, Tipo e Nível de ensino, Classe, Turno, Escola e Género.

Ainda no âmbito dos indicadores, está em curso o trabalho de disponibilização de Relatórios financeiros parametrizáveis de acompanhamento dos programas do MINEDH; *Dashboards* de acompanhamento da Execução Orçamental, bem como dos indicadores da Visão das FP e do Plano Económico e Social (PES), tendo em vista conjugar dados do e-SISTAFE, referentes à elaboração orçamental e à execução da despesa, com dados dos Sistemas de Gestão em uso no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

2.2.7. Projecto Módulo da Gestão da Dívida Pública

O Módulo de Gestão da Dívida Pública (MGD) é um instrumento que servirá de apoio ao Governo no processo de gestão da dívida pública, e garantida a sua integração aos demais módulos do e-SISTAFE. Para operacionalização do Módulo de Gestão da Dívida Pública (MGD), foi elaborada a estratégia de desenvolvimento do Sistema de Gestão da Dívida, que determina que primeiro proceder-se-á a migração do actual sistema designado por CS_DRMS para o MERIDIAN, ambos propriedade do Secretariado da *Commonwealth*, e está prevista a elaboração do Modelo de Negócio no final do 4º trimestre de 2020.

2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE

No âmbito do apoio às Instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao e-SISTAFE, foram desenvolvidas actividades, que compreendem o: Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), Sistema de Gestão dos Beneficiários dos Programas de Acção Social (e-INAS), Sistema de Informação e de Negociação de Mercadorias (SINEM), Cadastro Único do Produtor Agrário (CUPA) e Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP).

2.3.1. Projecto Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado

O Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE) visa o registo e acompanhamento de todo o ciclo de vida do Funcionário e Agente do Estado (FAE), bem como a melhoria no controlo da folha de salários; sendo que para materializar o objectivo desenvolveu-se o Modelo Conceptual, que prevê o desenvolvimento e operacionalização de 5 (Cinco) Módulos, nomeadamente, (i) Módulo de Administração de Pessoal (MAP), (ii) Módulo de Carreiras e Remunerações (MCR), (iii) Módulo de Avaliação de Desempenho (MAD), (iv) Módulo de Elaboração do Quadro de Pessoal (MEQP) e (v) Módulo de Recrutamento e Selecção (MRS); Módulos estes já desenvolvidos. Neste momento estão sendo operacionalizados em fase Piloto, (três) 3, nomeadamente, o MAP, MCR e MAD, em 17 (dezassete) instituições abrangidas pela expansão, das quais 8 de nível central, a saber: (i) Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), Ministério da Economia e Finanças (MEF), Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Humano (MITADER), Tribunal Administrativo, Inspecção Geral de Finanças (IGF), e Hospital Central de Maputo (HCM); e 6 da Província de Maputo, nomeadamente, Secretaria Provincial de Maputo (SPM), Direcção Provincial de Economia e Finanças (DPEF), Tribunal Administrativo da Província de Maputo, Tribunal Fiscal da Província de Maputo (TFPM), Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano (DPEDH), Direcção Provincial de Saúde (DPS) e 3 do Distrito de Boane, (Secretaria Distrital de Boane, Serviço Distrital de Saúde Mulher e Accão Social e Escola Secundária Joaquim Chissano). Refira-se que, com excepção de TAPM, já iniciou em 16 instituições o processamento e pagamento de salários com base na informação gerada pelo e-SNGRHE,

Ainda no período em apreço, foram (i) efectuadas as alterações para atender a entrega 2 do MEQP (ainda em execução), bem como, ao atendimento de processos administrativos em regime de Urgente Conveniência de Serviço face à situação da COVID-19; (ii) capacitados 15 formadores

responsáveis por assegurar a formação dos formadores e utilizadores provinciais, pese não tenha iniciado devido a pandemia do COVID-19. Entretanto, estão sendo identificadas as alternativas de formação que impliquem a presença de formandos e formadores na sala em número reduzido, formação virtual por meio do *e-learning* ou outras plataformas.

No âmbito da expansão do e-SNRGHE, continuam os trabalhos preparatórios nos Ministérios da Defesa Nacional (MDN) e de Recursos Minerais e Energia (MIREME) para operacionalização do e-SNGRHE, trabalhos esses que compreendem actualização de dados resultante da triagem dos Processos Individuais, avaliação de desempenho dos membros do Consultivo, conclusão dos Processos Administrativos submetidos ao Tribunal Administrativo, dentre outros. Ainda foi feito o levantamento de requisitos sobre os processos de gestão de Recursos Humanos a nível dos Municípios para determinar as adaptações que devem ser feitas a nível do e-SNGRHE, e elaboração de proposta de acções para inclusão das Autarquias.

Ainda no período em apreço, foram melhorados os módulos já desenvolvidos e as funcionalidades de cadastro de dados biométricos e de efectividade. As funcionalidades permitiram abonar 30% aos profissionais que realizam trabalho em condições excepcionais (Inclusão do subsídio de risco para profissionais da área da saúde e afins no âmbito da pandemia do COVID-19), e melhorar a funcionalidade de transferência massiva, inativando em simultâneo, a vinculação do Funcionário e Agente do Estado (FAE) transferido, no orgânico de origem, ora extinto, bem como operacionalizar o Módulo de Recrutamento e Selecção, o último módulo dos 5 previstos.

2.3.2. Sistema de Gestão de Beneficiários de Programas de Acção Social (e-INAS)

O e-INAS é uma plataforma informática que auxilia o Instituto Nacional de Acção Social na gestão de serviço de apoio social à camadas desfavorecidas através do provimento de subsídios monetários. No âmbito da sua operacionalização **31** delegações do Instituto Nacional de Acção Social, abrangidas pelo projecto, puderam processar os pagamentos de subsídios a **454.211** beneficiários de Programas de Acção Social. Adicionalmente, para alargar a base de intervenção em processos de pagamentos, estão sendo desenvolvidas as funcionalidades de integração do e-INAS com a plataforma M-PESA, via transferência de ficheiros encriptados, e foi introduzida outra forma de pagamento de subsídios de forma eletrónica, com a implementação das funcionalidades de integração do e-INAS com o SPA (sistema intermédio de comunicação com bancos comerciais e Instituições de Moeda Electrónica).

2.3.3. Projecto Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias (SINEM)

O Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias (SINEM) é uma plataforma informática que irá auxiliar a Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM) na divulgação de informação de preços de mercado de *comódites* a nível nacional, assim como na intermediação da negociação das mesmas, pelas modalidades de Apregoação por Oferta³ ou Leilão. No âmbito deste projecto estão previstas as seguintes entregas: (i) Publicação de Mercadoria; (ii) negociação por Apregoação; (iii) negociação por Leilão; (iv) publicação de Informação de Mercado; (v) gestão de Pedidos de Mercadoria; (vi) Acesso via USSD (similar ao MPESA, e-MOLA e MKesh); (vii) Acesso via Mobile; e (viii) dada continuidade ao desenvolvimento de funcionalidades de negociação por apregoação por oferta. No período em apreço foi elaborado o Modelo de Negócio e desenvolvido o Módulo de Disponibilização de Mercadoria na internet.

2.3.4. Projecto Cadastro Único do Produtor Agrário

O Cadastro Único do Produtor Agrário (CUPA), é uma ferramenta que irá auxiliar o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) na captação de dados sobre os produtores do ramo agrícola no país, tendo em vista definir e aplicar políticas do sector Agrário, sendo que está prevista a entrega de Cadastros de Dados *Online* e de *Offline*.

No período em apreço, para materialização da entrega 1 (Cadastro Online) foram (i) revisto o Modelo de Negócio; (ii) implementada a arquitectura tecnológica do sistema; e (iii) desenvolvidas as funcionalidades dos módulos Produtor, Parcela, Organização, Actividade Agrícola e Actividade Pecuária, Actividade Silvícola e Aquacultura no modo *online* (iv) e concluídos o desenvolvimento e implementação do sistema e as funcionalidades no modo *online* e as do modo *offline*. Refira-se que no âmbito deste projecto, o MADER aprovou a realização de um ajuste directo ao CEDSIF no valor de **2.433.612,73 MT** para efeitos de pagamento pelos serviços prestados; e o MADER aprovou a realização de um ajuste directo ao CEDSIF no valor de **2.433.612,73 MT** para efeitos de pagamento pelos serviços prestados.

2.3.5. Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP)

No âmbito dos trabalhos orientados para o desenvolvimento e implantação do Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público, está sendo ajustado o Modelo Conceptual do Sistema

³ Apregoação por Oferta - Acto de apregoar a compra ou venda de mercadoria, mencionando-se o tipo, a quantidade e o preço pelo qual se pretende fechar o negócio. É executada por um operador, representante de sociedade corretora, na sala de negociações de uma bolsa.

de Informação às Funções do Ministério Público (SISMP) a todos os órgãos e jurisdições do Ministério Público (MP), destacando-se o início da elaboração do Modelo Ideal da Jurisdição Criminal, que proporcionará a visão sobre a tramitação processual da Jurisdição Criminal, demonstrando o mapeamento dos processos e procedimentos de trabalhos modernizados através do uso da ferramenta electrónica de apoio.

No mesmo período, foram concluídos a elaboração da estratégia de desenvolvimento e operacionalização do SISMP e o Modelo Conceptual, bem como o Roteiro de Implementação, e o estudo da Legislação Processual Penal, a qual estabelece linhas orientadoras para a construção do Modelo Ideal da Jurisdição Criminal.

2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF, IP

No período em referência foram elaborados os instrumentos de administração e gestão do CEDSIF, de padrões de qualidade, e prestado os serviços de segurança de informação, de recursos humanos, de gestão de contratos, e de execução orçamental.

2.4.1 Serviços de Suporte Institucional

Para assegurar a realização de actividades de coordenação das reformas da Gestão das Finanças Públicas, bem como as de implementação do e-SISTAFE constantes do PAO 2020, importa destacar o seguinte:

No domínio de instrumentos de gestão do CEDSIF,IP foi: (i) elaborado e aprovado o Manual de Procedimentos de Planificação; (ii) elaborados os Relatórios de Actividades Executadas pelo CEDSIF, IP relativas aos Plano Económico e Social 2019, Anual de Execução das Actividades do PAO 2019 do CEDSIF,IP, de Execução das Actividades do PAO 2020 no 1º e 2º Trimestres, bem como o de Balanço de Execução do Plano Estratégico 2014-2019; e (iii) está sendo revisto o Plano Estratégico do CEDSIF,IP para o período 2020-2024, face às recomendações dadas pelo Conselho de Direcção aquando da sua apreciação, no âmbito do processo de planificação, acompanhamento, monitoria e avaliação das actividades.

Na componente de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001, foi (i) dada a cobertura aos trabalhos de execução do plano de acção de correcção das inconformidades constatadas aquando da Auditoria de Concessão Fase II realizada pelo INNOQ em 2019, no âmbito de acção de apoio à realização da Auditoria Externa de certificação ao Sistema de Gestão da Qualidade; (ii) elaborado e revisto, após os comentários das áreas auditadas, o Relatório das

Auditorias Internas ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)- Processo de Atendimento ao Utilizador e aos Requisitos da Norma ISO 9001:2015, e está em curso o estudo da fórmula de cálculo do indicador de desempenho do processo de Atendimento ao Utilizador; (iii) está em curso a preparação da auditoria interna ao processo de desenvolvimento de aplicações, bem como da 1ª Auditoria Externa de Acompanhamento ao Sistema de Gestão de Qualidade.

Para assegurar a melhoria contínua do CEDSIF-IP, (i) aprovado e divulgado o Manual Gestão de Património e de Bens de Consumo; (ii) concluído o Manual de Procedimentos de Auditorias Internas, e estão em processo de elaboração os Manuais de Procedimentos de Gestão de Recursos Financeiros, de Disponibilização de Infraestruturas, de administração de cursos, e de Tratamento de Reclamações; (iii) Foram concluídos e aprovados os Manuais de Procedimentos de Retenção na Fonte de Descontos Não Obrigatórios, de Procedimentos de Recrutamento e Selecção, e de Procedimentos de Registo de Documentos no Sistema de Gestão Documental (SGD); (iv) está em processo integrado a preparação da sexta Reunião Anual da Qualidade; (v) está sendo revista a estratégia de avaliação dos *Stakeholders*, no âmbito dos trabalhos que visam colher melhores resultados no apuramento do seu grau de satisfação; (vi) Revisto, face ao novo Estatuto e extensão do Sistema de Gestão da Qualidade, o Manual da Qualidade e da respectiva Política, do CEDSIF, IP.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão de segurança de sistemas de informação, na componente de gestão de segurança de infraestruturas, foi garantido o funcionamento e desenvolvimento institucional, com a realização dos seguintes trabalhos, (i) monitoria da disponibilidade da infraestrutura de TI, implantação de sistema alerta que impede a entrada de informação imprópria ao Sistema, elaboração e partilha de informação sobre a vulnerabilidade de acesso em equipamentos CISCO, e de alerta de segurança sobre ataques de engenharia social; (ii) monitoria do tempo de retenção das imagens; e (iii) iniciada a migração de dados do sistema CCTV para nova rede, no âmbito de criação de condições técnicas no sistema para acomodar mais câmaras. Estas acções se reflectirão em forma de melhoria no controlo de acesso aos sistemas e aplicações, de segurança de sistemas, redes e comunicações, e de mecanismos e procedimentos do sistema de controlo de acessos (CCTV, controlo de acesso, *scanner*, e detector de metais).

Quanto a segurança de sistemas, (i) está em curso a elaboração do relatório preliminar relativo à auditoria interna ao Sistema de Gestão de Sistemas de Informação (SGSI) para aferir o grau de prontidão das acções de controlo dos itens de certificação, e em preparação a realização de auditoria ao Serviço de Operação; (ii) efectuada e partilhada a análise de risco sobre a reiniciação de um nó de base de dados, concluída a avaliação de risco do processo de desenvolvimento de aplicações, e estão em curso a avaliação de risco do processo de atendimento de pedido do cliente, bem como de retenção

na fonte dos descontos não obrigatórios, no âmbito de estabelecimento e implementação do modelo de gestão de risco; (iii) elaborado o relatório anual sobre segurança de sistemas, está em curso a monitoria, análise e avaliação dos incidentes ocorridos no período; e (iv) realizadas duas sessões de sensibilização em matérias de segurança de informação no CEDSIF,IP, tendo abrangido **30** técnicos, dos quais **13** foram no âmbito de acção de indução aos novos ingressos e **17** no concernente à implementação de melhorias dos processos de Consulta e Manipulação de dados em produção.

As actividades realizadas para implementação do sistema de gestão de segurança de sistemas de informação foram extensivas à Consolidação da Reforma do SISTAFE, sendo que:

- No âmbito de gestão do controlo de acessos foi implementada a funcionalidade de atribuição automática de código de acesso ao e-SISTAFE, que permite o desbloqueio automático das senhas dos utilizadores do e-SISTAFE, está em curso a revisão do modelo de negócio do credenciamento e elaboração dos requisitos para a implementação da Biometria no processo de desbloqueio e cadastro no sistema. Sendo que, diariamente decorrem trabalhos de monitoria dos usuários que efectuem o desbloqueio e cadastro no sistema e de registo e satisfação de pedidos de auditoria ao sistema (e-SISTAFE) por entidades externas, tendo sido atendidos quarenta e cinco (**45**) solicitações; e
- Na componente de aprovação e implementação de política de gestão de continuidade de negócio, foi elaborado o plano de contingência para atender a pandemia do coronavírus; está em curso a elaboração do plano de recuperação das tecnologias em situação de ocorrência de desastres, incluindo a estratégia de *backup*, tendo sido concebidos os termos de referência para aquisição e instalação de uma sirene para casos de emergência.

Na componente de comunicação e imagem, os trabalhos realizados no período em análise, contribuíram para promoção de imagem da instituição. Nesse âmbito foram: (i) actualizadas as páginas de Intra e Internet, e incluindo os vídeos para TV corporativa (átrio); (ii) produzidos conteúdos e folhetos informativos, dícticos e *Roll-Up* sobre SGA, disponibilizados e divulgados ao público aquando de lançamento do e-SISTAFE Autárquico, na Cidade de Maputo; (iii) realizadas actividades preparatórias para participação do CEDSIF na Feira MozTech; e (iv) dada a continuidade à elaboração do manual de procedimentos da Competência Gerir Comunicação e Imagem, e feito o levantamento de necessidades de material de visibilidade do CEDSIF, IP para 2020, incluindo o material para actividades realizadas no âmbito do subvenção da União Europeia. Ainda na componente de comunicação e visibilidade institucional, no âmbito do Memorando de Entendimento entre a Oxfam e o CEDSIF, IP, foram desenvolvidas acções de comunicação e

visibilidade das actividades realizadas, as quais compreenderam a produção e distribuição de folhetos informativos sobre as Finanças Públicas.

2.4.2 Recursos Humanos

Caracterização dos Recursos Humanos

O CEDSIF contou com um efectivo de trezentos e doze **(312)** colaboradores. Destes, duzentos e doze **(212)** são do sexo masculino e cem **(100)** do sexo feminino. Quanto à sua distribuição por nível académico, género e estrutura etária, duzentos e trinta e nove **(239)** colaboradores, equivalentes a **76,60%**, são licenciados, e a faixa etária mais significativa é de **31-40** anos, com cento e setenta e cinco **(175)** colaboradores, o que corresponde a **56,08%** do efectivo global da instituição, conforme ilustram as tabelas 4 e 5 abaixo.

Tabela 4: Distribuição do Efectivo por Unidade Orgânica, Nível Académico e Género

Nº de ord.	Unidade Orgânica	Nível Académico																									
		Mestrado			Licenciatura			Bacharel			Médio Profissional			Médio Geral			Básico			Elementar			Total Geral				
		F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	%	
1	UAJ	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0.64	
2	UCI	1	1	2	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	1.28	
3	DAF	0	0	0	4	4	8	0	0	0	2	2	4	1	2	3	1	4	5	0	5	5	8	17	25	8.01	
4	DAU	0	0	0	1	2	3	0	0	0	6	1	7	1	1	2	0	0	0	0	0	0	7	4	11	3.53	
5	Delegações	0	1	1	2	22	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	23	25	8.01	
6	DG	0	2	2	3	2	5	0	2	2	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4	6	10	3.21	
7	DRH	0	0	0	5	2	7	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	2	8	2.56	
8	Escola	0	1	1	3	2	5	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	4	5	9	2.88	
10	UCGP	0	2	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	1.28	
10.1	Projecto e-Tributação	0	0	0	1	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	5	1.60	
	Projecto SGD	0	0	0	4	2	6	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	5	3	8		
10.3	Projecto MPE	0	1	1	5	9	14	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	6	10	16	5.13	
	Projecto SGA	0	0	0	4	12	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	12	16			
10.4	Projecto de Certificação digital	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0.32	
	Projecto SGIFP	0	0	0	0	6	6	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7		
10.7	Projecto SNGRH	0	0	0	2	10	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	10	12	3.85	
	Projecto SISMP	0	0	0	2	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	5		
10.9	Projecto SPO	0	0	0	2	4	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6	1.92	
	Projecto CUPA	0	0	0	1	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	5			
10.12	Projecto SINEM	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0.32	
	Projecto e-BAU	0	0	0	2	5	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7		
10.14	Projecto VIGIAM/ PLATAFORMA INTEGRADA	2	0	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0.96	
	SCI	1	0	1	3	6	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	10			
12	SDSI	0	0	0	5	28	33	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	29	34	10.90	
13	SO	0	0	0	4	18	22	0	0	0	1	2	3	0	4	4	0	0	0	0	0	0	5	24	29	9.29	
14	SOM	3	0	3	7	10	17	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	11	11	22	7.05	
15	SQC	1	0	1	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	1.28	
16	SSSI	1	0	1	1	4	5	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5	7	2.24	
17	UGEA	1	0	1	6	2	8	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	7	3	10	3.21	
18	UGSI	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	2	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	1.60	
	Total	10	9	19	71	169	240	0	4	4	12	9	21	6	10	16	1	5	6	0	6	6	100	212	312	100.00	

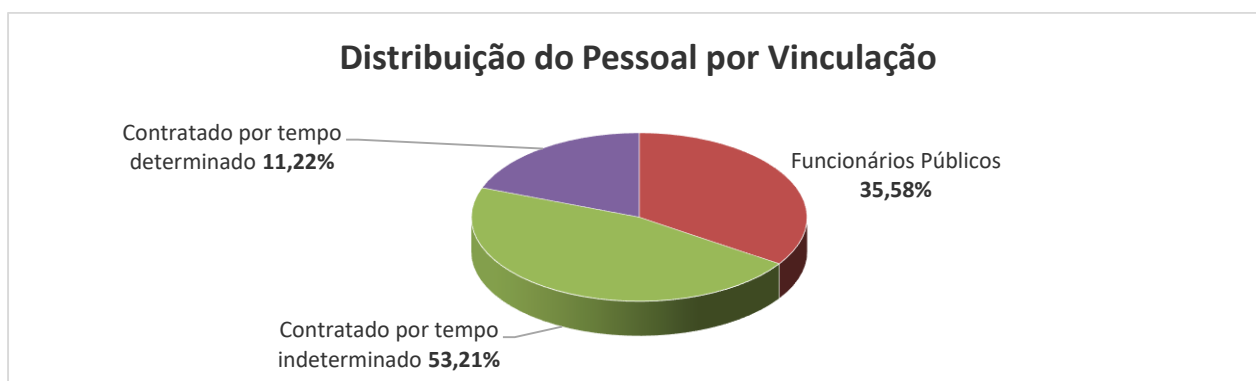
Tabela 5. Distribuição do Efectivo por Nível Académico, Género e Faixa Etária

Nível Académico /Gênero	Faixas Etárias																					
	18-25			26-30			31-41			41-51			51>60			61»			Total Geral			
	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	%
Mestrado	0	0	0	0	0	0	9	6	15	1	1	2	0	3	3	0	0	0	10	10	20	6.41
Licenciatura	1	13	14	6	22	28	41	97	138	18	29	47	3	7	10	1	1	2	70	169	239	76.60
Bacharelato	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	3	4	1.28
Médio Profissional	0	0	0	0	4	4	6	3	9	6	0	6	1	1	2	0	0	0	13	8	21	6.73
Médio Geral	1	0	1	0	1	1	3	5	8	1	2	3	1	1	2	0	0	0	5	11	16	5.13
Básico	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	1	3	4	0	0	0	1	5	6	1.92
Elementar	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0		2	2	0	3	3	0	6	6	1.92
Total	2	13	15	6	27	33	60	115	175	26	33	59	6	18	24	1	4	5	100	212	312	100.00

Natureza do Vínculo laboral do Pessoal

O vínculo do pessoal em serviço no CEDSIF, IP compreende duas modalidades, nomeadamente, de contrato (determinado e indeterminado) e outra de provimento (funcionários), sendo que do universo de **312** colaboradores, trinta e cinco (**35**), correspondentes a **11,22%** do pessoal contratado, são por tempo determinado, cento e sessenta e seis (**166**), equivalente a **53,21%**, por tempo indeterminado, e cento e onze (**111**), correspondente a **35,58%**, são Funcionários Públicos, conforme o gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3: **Distribuição do Pessoal por Vinculação**



No âmbito de execução do PAO 2020, foi fortalecida a capacidade técnica dos colaboradores, tendo beneficiado de capacitação **130** colaboradores, diante de **15** formações, nas quais **8** colaboradores foram capacitados em *Network Ms Windows Server 2016*; **8** em *Identify with windows server 2016*, **7** em *Securing windows server 2016*, **6** em *Oracle Database 12: Data Guard administration*; , **12** em *Administration SQL Data Base Infrastructure*; **12** em *Provisioning SQL data Bases*; **8** em *Querying data with Transct – SQL*; e **3** em *CNS-220I: Cetrix ADC 12.x Essentials and Traffic Management*; **12** em *Performance Tuning and Optimizing SQL Data Bases*; **12** em *Implementing SQL Data Warehouse*; **12** em *Developing SQL Data Models*; **9** em *Analyzing data with SQL Server Reporting Services*; **9** em *Analising Date Power BI*; **9** em *Analising Data With SQC Server Reporting Services*; e **3** em *Essentials and Traffic Manegement*.

Face às capacitações proporcionadas aos colaboradores da instituição, espera-se que os mesmos tenham elevado a sua capacidade técnica e, por conseguinte, venham prestar melhor serviço à Instituição. Refira-se que as capacitações foram financiadas com os recursos disponibilizados, no âmbito do projecto de Gestão de Finanças Públicas por Resultado.

2.4.3 Gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços

O Plano Anual de Aquisições (PAA) 2020, instrumento de gestão de contratações públicas para aquisição de bens e serviços, inicialmente previa **82** contratações, incluindo os transitados de 2019,

tendo sido actualizado para **122**. Esta variação resultou em parte da desagregação de algumas contratações para melhor adequação aos procedimentos de contratação, e novas necessidades. Na execução do Plano Anual de Aquisições (PAA), foram aplicadas as modalidades de contratação competitiva e de ajuste directo, tendo resultado em **25** contratos, **9** adendas e **13** prorrogações, conforme ilustra a tabela **6**.

Tabela 6: Modalidades de Contratação de Janeiro a Setembro de 2020

Período	Modalidade de Contratação	Quantidade
Transitados de 2019	Concursos Lançados	8
	Ajustes Directos Lançados	10
	Sub-total (A)	18
2020	Concursos Lançados	51
	Ajuste Directo Lançados (incluindo adesões)	36
	Concursos por lançar	12
	Ajuste Directo por lançar	5
	Sub-total (B)	122
Total (C=A+B)		105
2020	Contratos Celebrados	51
	Adendas a Contratos	16
	Prorrogações	25
	Total (D)	93

Refira-se que a opção pela contratação por Ajuste Directo, ocorre excepcionalmente, ou seja, em casos que se mostre ser inviável recorrer ao procedimento competitivo. O CEDSIF-IP optou por esta modalidade de contratação para prestação de serviços de manutenção à viaturas (Agentes), telecomunicação móvel e fixa, serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos prestados pelo Conselho Municipal, incluindo estacionamento de viaturas, contratação de arrendamento de armazém, bem como em adesão para fornecimento de energia eléctrica e água; sendo que no período em análise foram registados **36** ajustes directos e **51** concursos, conforme ilustra a tabela **7**.

Tabela 7: Concursos e Ajustes Directos lançados em 2020 (excluindo os transitados de 2019)

Modalidade	Fundamentação da Modalidade	Nº	Valor Agregado (MT)	Percentagem
Ajuste Directo	Manutenção de viaturas pelos agentes; contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos, e estacionamento de viaturas, contratação do arrendamento de armazém, contratação de serviços de comunicação móvel e fixa, com especial enfoque para rede do e-SISTAFE nos contratos de adesão para fornecimento de energia eléctrica e água, e face aos concursos desertos.	36	51.327.139,35	27,77%
Concursos	Regime Geral	51	133.470.697,51	72,23%
Total		87	184.797.836,86	100%

2.4.4 Componente Orçamental

A dotação orçamental actualizada do CEDSIF-IP, estimada em **1.024.121.396,69 MT**, teve uma execução acumulada no valor de **512.429.658,21 MT**, o correspondente a **50,04%** de dotação global actualizada.

2.4.5 Funcionamento do Conselho de Direcção

Em actividades de administração e gestão do CEDSIF, IP sob orientação da Direcção Geral, o Conselho de Direcção reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias para apreciar, recomendar, informar e dar o ponto de situação dos diversos assuntos da vida da Instituição, tendo sido registadas 13 sessões, das quais **11** Ordinárias e **2** Extraordinária. Para cada sessão foram elaboradas sínteses que sumarizam as matérias tratadas e as recomendações emanadas que constam de Matrizes para Acompanhamento das Decisões e Orientações do Conselho de Direcção, as quais foram devidamente assinadas e arquivadas e dinamização a materialização das acções inscritas no PAO 2020.

3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.1 Orçamento

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício de 2020 é de **469.400.150,00 MT**, tendo passado para **1.091.621.396,69MT**, o que representa um incremento de **622.221.246,69MT**, face à inscrição de saldos transitados de 2019 para 2020 e acréscimo do orçamento, sendo que a dotação global actualizada do CEDSIF, IP, comporta **67.500.000,00MT** de funcionamento nos Encargos Gerais do Estado e **1.024.121.396,69MT** são de investimento. A dotação de investimento comporta as componentes Interna (Recursos do Tesouro e Receitas Próprias), com peso de **81%**, e externa (Recursos de Parceiros de Fundo comum e da União Europeia), com **19%**, conforme a tabela 8.

No período de Janeiro a Setembro de 2020, o CEDSIF, IP executou **572.812.991,41MT** (**60.383.333,2MT** de Funcionamento, e **512.429.658,21MT** de Investimento), o que equivale a **52,47%** de dotação global actualizada.

Tabela 8: Mapa de Dotação Inicial, Actualizada e Variação Orçamental e Financeira de Investimento de 2020

	Dotação Inicial		Dotação Actualizada		Variação da Dotação	
Fonte de Recurso	Valor da Dotação Inicial (1)	Peso	Valor da Dotação Actualizada (2)	Peso	Valor da Variação da Dotação (3=2-1)	Peso
101 RT	258.141.130,00	55%	576.022.229,00	56%	317.881.099,00	57%
111CEDSIF Compomisso de 2019	193.058.520,00	41%	255.892.161,15	25%	62.833.641,15	11%
Total Componente Interna	451.199.650,00	96%	831.914.390,15	81%	380.714.740,15	69%
133FCSISTAFE	-	0%	78.871.200,62	8%	78.871.200,62	14%
134BEL-CEDSIF	-	0%	3.563.106,37	0%	3.563.106,37	1%
134IRLCEDSIF	-	0%	-	0%	-	0%
134UE -CEDSIF2	18.200.500,00	4%	102.154.624,93	10%	83.954.124,93	15%
134UE -CEDSIF	-	0%	7.618.074,62	1%	7.618.074,62	1%
Total Componente Externa	18.200.500,00	4%	192.207.006,54	19%	82.434.306,99	15%
Global	469.400.150,00	100%	1.024.121.396,69	100%	554.721.246,69	100%

Funcionamento

A componente de despesas de funcionamento, cujo montante é de **60.383.333,20MT**, no período de Janeiro a Setembro de 2020, o CEDSIF, IP executou em despesas de comunicações relativas ao funcionamento de e-SISTAFE, o valor executado equivale a **89,46%** da dotação actualizada.

Investimento

3.2 Entradas Registadas de Janeiro a Setembro de 2020

Durante o período em análise, o CEDSIF, IP foi dotado de recursos financeiros no valor de **521.730.184,84MT**, provenientes das seguintes fontes de recursos:

- **360.195.477,30MT** recursos de tesouro;
- **138.354.649,15 MT** receitas próprias; e
- **23.180.058,39MT**, parceiros de cooperação (Itália- USD 333.526.02), conforme ilustra a tabela 9 seguinte.

Tabela 9: Entradas de Recursos Financeiros no 1º semestre de 2020

Moeda: MT

Entradas do Período	Janeiro a Setembro de 2019 (1)	Janeiro a Setembro de 2020 (2)	Variação (3=2-1)
Letshego	36.329.900,00	36.929.570,00	599.670,00
Movitel	162.000,00	162.000,00	-
Banco +	5.611.522,82	7.040.201,00	1.428.678,18
BayPort	40.521.700,00	34.538.303,00	(5.983.397,00)
MozaBanco (Renda)	243.831,42	162.504,28	(81.327,14)
MozaBanco (Transações)	879.512,14	2.885.408,71	2.005.896,57
INTIC (INAGE) (Renda)	110.000,00	1.275.291,00	1.165.291,00
TA (Renda)		770.000,00	770.000,00
BCI	11.213.550,00	21.564.085,00	10.350.535,00
Escola do CEDSIF	100.797,00	26.725,00	(74.072,00)
BANCO OPORTUNIDADE	12.715.070,00	15.829.691,00	3.114.621,00
BIM	5.325.735,00	8.784.059,00	3.458.324,00
Outros Proveitos Financeiros (Juros)	304.675,34	1.452.485,73	1.147.810,39
Xtenda Finanças	100.000,00	770.112,00	670.112,00
Bolsa de Valores de Moçambique-BVM	763.810,00	1.853.921,43	1.090.111,43
ECOBANK	935,00	1.418.713,00	1.417.778,00
BancABC		178.501,00	178.501,00
Sanlam		144.400,00	144.400,00
FAO-MASA		1.653.000,00	1.653.000,00
UBA		15.338,00	15.338,00
Standard Bank		200.000,00	200.000,00
Bestil		100.000,00	100.000,00
Mdzua		100.340,00	100.340,00
SERV CREDIT		100.000,00	100.000,00
Yamukela Microcrédito		200.000,00	200.000,00
Churi Microcrédito		200.000,00	200.000,00
1.TOTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS	114.383.038,72	138.354.649,15	23.971.610,43
Governo FR 101RT	384.620.988,32	360.195.477,30	(24.425.511,02)
2.GOVERNO	384.620.988,32	360.195.477,30	(24.425.511,02)
Itália (USD -333,526,02)		23.180.058,39	23.180.058,39
Dinamarca	119.114.458,31		(119.114.458,31)
4.DESEMBOLSOS DOS PARCEIROS	119.114.458,31	23.180.058,39	(95.934.399,92)
5.DIVERSOSCEIROS	312.891,50		(312.891,50)
3.GLOBAL (1+2)	618.431.376,85	521.730.184,84	(96.701.192,01)

No período em análise, nota-se por um lado, a tendência crescente na arrecadação de receitas próprias do CEDSIF, IP, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, devido ao aumento de novas fontes de geração de receita, e, por outro lado, é notável a redução de recursos

financeiros proveniente dos parceiros, facto que se reflectiu negativamente nos recursos disponíveis, na ordem de **95.934.399,92MT**.

3.3 Execução Orçamental

Da dotação orçamental actualizada, no montante de **1.024.121.396,69 MT**, foi executado no período de Janeiro a Setembro de 2020, o valor de **512.429.658,21 MT**, correspondente a um nível de execução orçamental de despesas de **50,04%**, conforme ilustram as tabelas **10** e **11** seguintes.

Tabela 10: Execução da Despesa por Fonte de Recurso

Moeda: MT

MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO DO CEDSIF										
	Dotação Inicial		Dotação Actualizada		Variação da Dotação		Execução		Saldo Orcamental	
Fonte de Recurso	Valor (1)	Peso	Valor (2)	Peso	Valor da Variação (3=2-1)	Peso	Valor (4)	Peso	Valor (5=2-4)	Peso (6=4/2)
101 RT	258.141.130,00	55%	576.022.229,00	56%	317.881.099,00	57%	360.195.477,30	70%	215.826.751,70	62,53%
111CEDSIF	193.058.520,00	41%	255.892.161,15	25%	62.833.641,15	11%	82.491.689,47	16%	173.400.471,68	32,24%
Total Componente Interna	451.199.650,00	96%	831.914.390,15	81%	380.714.740,15	69%	442.687.166,77	86%	389.227.223,38	53,21%
133FCSIST AFE	-	0%	78.871.200,62	8%	78.871.200,62	14%	58.026.287,29	11%	20.844.913,33	73,57%
134BEL-CEDSIF	-	0%	3.563.106,37	0%	3.563.106,37	1%	70.000,00	0%	3.493.106,37	1,96%
134UE -CEDSIF2	18.200.500,00	4%	102.154.624,93	10%	83.954.124,93	15%	10.078.102,60	2%	92.076.522,33	9,87%
134UE -CEDSIF	-	0%	7.618.074,62	1%	7.618.074,62	1%	1.568.101,55	0%	6.049.973,07	20,58%
Total Componente Externa	18.200.500,00	4%	192.207.006,54	19%	82.434.306,99	15%	69.742.491,44	14%	24.338.019,70	36,29%
Global	469.400.150,00	100%	1.024.121.396,69	100%	554.721.246,69	100%	512.429.658,21	100%	511.691.738,48	50,04%

Tabela 11: Execução por Classificação Económica da Despesa

Moeda: MT

Descrição	Dotação actualizada		Despesas Pagas 2020		Grau de Execução de 2020
	Valor	Peso	Valor	Peso	
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	492.929.617,98	48,13%	361.970.447,97	70,64%	73,43%
DEMAIS DESPESAS COM PESSOAL	16.577.724,44	1,62%	1.815.800,00	0,35%	10,95%
BENS	26.259.884,60	2,56%	6.907.805,51	1,35%	26,31%
SERVIÇOS	298.078.912,88	29,11%	108.715.453,03	21,22%	36,47%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.000,00	0,00%	20.000,00	0,00%	40,00%
OBRAS	11.559.991,31	1,13%	6.931.434,08	1,35%	59,96%
MAQUINARIA EQUIPAMENTOS E MOBILIA	88.111.867,12	8,60%	25.361.243,87	4,95%	28,78%
MEIOS CIRCULANTES	15.853.680,00	1,55%	-	0,00%	0,00%
DEMAIS BENS DE CAPITAL	74.699.718,36	7,29%	707.473,75	0,14%	0,95%
Total	1.024.121.396,69	100,00%	512.429.658,21	100,00%	50,04%

Salários e Remunerações do Pessoal

No período em análise, foi executado o valor de **361.970.447,97 MT**, correspondente a **70.64%** do peso orçamental, e **73.43%** da execução orçamental da despesa da respectiva rubrica. Refira-se que

esta rubrica foi objecto de reforço para suprir o défice que se verificava nos meses de Junho à Dezembro de 2020.

Demais Despesas com o Pessoal Civil

A execução da despesa nesta rubrica foi de **1.815.800,00 MT**, o que corresponde a **0.35%** do peso orçamental, cujo nível de execução atingiu cerca de **10.95%**, para as despesas de subsídios de comunicação e combustível para os membros do Conselho de Direcção do CEDSIF, IP, bem como de ajudas de custo para dentro e fora do país. Refira-se que com o surgimento da pandemia do novo COVID19, as deslocações em viagens de serviço ficaram condicionadas, facto que desacelerou a execução desta despesa.

Bens

Esta componente de despesas compreendeu gastos com combustível, bens para manutenção de móveis, imóveis e material de consumo para escritório, teve uma execução total de **6.907.805,51 MT**, o que corresponde a **1.35%** do peso orçamental, e cerca de **21.22%** de sua execução orçamental.

Serviços

A rubrica de serviços compreende o pagamento de despesa de manutenção, reparação de bens imóveis e rendas. A sua execução foi de **108.715.453,03 MT**, o que corresponde a **21.22%** do peso orçamental, e **36.47%** de execução orçamental de dotação disponível para esta rubrica.

Obras

Nesta rubrica, registou-se uma execução no valor de **6.931.434,08 MT**, o que corresponde a **1.35%** do peso orçamental, e um nível de execução de **36.47%** do seu orçamento. As despesas liquidadas são relativas à reabilitação e requalificação da Sobreloja ala A.

Máquinas, Equipamento e Mobiliário

Durante o período em análise, a execução orçamental da despesa nesta rubrica, compreendeu a aquisição de equipamento, tendo tido uma execução globalizada de **25.361.243,87 MT**, o que corresponde a **4.95%** do peso orçamental, e **28.78%** da execução da despesa prevista nesta rubrica.

Bens de Capital

Durante o período em análise, a execução orçamental da despesa nesta rubrica, foi de **707.473,75 MT**, o que corresponde a **0.14%** do peso orçamental, e **0.95%** da execução da sua despesa.

Execução por Objectivo Estratégico

A execução das despesas do CEDSIF, IP por Objetivo Estratégico, conforme a tabela12 abaixo, ilustra que:

Tabela 12: Execução Por Objetivos Estratégicos de Janeiro a Setembro de 2020

Objectivos Estratégicos	Dotação Actualizada		Despesas Pagas de 2020		Grau de Execução
	Valor Dotação Actualizada	Peso	Valor Despesas Pagas de 2020	Peso	
Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF	718.873.679,77	70,19%	428.546.049,08	83,63%	59,61%
Consolidar a reforma do SISTAFE Total	138.331.416,05	13,51%	28.582.837,32	5,58%	20,66%
Dar continuidade a implementacao do SISTAFE Total	67.728.329,85	6,61%	49.655.639,17	9,69%	73,32%
Apoiar as instituições do Estado na implementacao de sistemas complementares ao SISTAFE	9.187.971,02	0,90%	-	0,00%	0,00%
INFRA-ESTRUTURAS DO SISTAFE	90.000.000,00	8,79%	5.645.132,64	1,10%	6,27%
TOTAL	1.024.121.396,69	100,00%	512.429.658,21	100,00%	50,04%

O objectivo Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF,IP absorveu maior peso orçamental que é de **70.19%** de dotação actualizada, a sua execução foi de **83.63 %**, e grau de execução do seu orçamento é de **59.61%**.

Saldo Financeiro a 30 de Setembro de 2020

O saldo final financeiro do CEDSIF, IP a 30 de Setembro de 2020, foi de **287.234.048,92MT**, conforme ilustra tabela 13 seguinte.

Tabela 13: Saldo Financeiro

Origem			Moeda: MT Aplicação	
Descrição	Detalhe	Valor	Descrição	Valor
Saldo Inicial (1)		277.933.522,29	Despesas	512.429.658,21
Entradas (2)		521.730.184,84		
Recursos de tesouro	360.195.477,30			
Receitas Proprias	138.354.649,15			
Parceiros (Itália USD- 333,526.02)	23.180.058,39			
Subtotal (3=1+2)		799.663.707,13	Total Despesa MT(4)	512.429.658,21
			Saldo Final MT (5=3-4)	287.234.048,92

4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Do Plano de Actividades e Orçamento de **2020** que prevê a realização de **71** actividades, estiveram em processo de execução **69** actividades, equivalentes a **98,57%** das **70** previstas a realizar de Janeiro a Setembro. Dentre as actividades deste período, **62** serão concluídas em Dezembro, e **4**, equivalentes a **50%** do universo das **8** cuja conclusão estava prevista que ocorresse no período em apreciação, foram concluídas, conforme ilustra a tabela 13.

Tabela 13: Dinâmica de Execução das Actividades do PAO 2020, de Janeiro a Setembro

Objectivo Estratégico	PAO 2020 A	Actividades a Executar no Período			Actividades a Concluir no Período		
		Planificadas B	Execução C	% C/B	Planificadas D	Concluídas E	% E/D
A. Consolidar a Reforma do SISTAFE	12	12	11				
B. Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE	14	13	12				
C. Apoiar Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE	11	9	8				
D. Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF	34	34	37		8	4	
Total	71	70	69	98,57%	8	4	50%

Analisada a tabela, nota-se, por um lado, que a maior parte das actividades em referência, por objectivo e ordem decrescente, garantiram o funcionamento da instituição e a consolidação da reforma na implementação do SISTAFE e, por outro lado, **69** actividades, equivalentes a **97,18%** do universo das previstas no PAO 2020, estão em execução, dentre as quais **4** foram concluídas, o que oferece a previsibilidade de um bom desempenho. Refira-se que dentre as actividades cuja conclusão devia ocorrer no período em apreço, **3** estão em execução e **1** não foi iniciada, e são as seguintes:.

Actividades em Execução

- Elaborar o Plano Estratégico do CEDSIF, IP 2020-2024;
- Realizar Reunião Anual da Qualidade; e
- Avaliar a satisfação dos Stakeholder.

Actividade não Iniciada

- Enquadrar o pessoal do CEDSIF, IP nas Carreiras Profissionais (aguarda-se pela aprovação dos instrumentos que irão permitir o enquadramento dos colaboradores nas carreiras profissionais).

5. PERSPECTIVAS PARA O 4º TRIMESTRE

As perspectivas de execução do PAO 2020 estão focalizadas na conclusão das actividades já iniciadas, e incidirão na melhoria dos Módulos existentes no e-SISTAFE, desenvolvimento dos Módulos previstos na Lei do SISTAFE e nas acções de materialização dos resultados definidos por objectivo estratégico. As actividades programadas são as seguintes:

Consolidar a Reforma do SISTAFE

- Criar e/ou reforçar os laboratórios do e-SISTAFE a nível nacional;
- Formar os formadores e utilizadores do e-SISTAFE, à distância;
- Dar continuidade à revisão dos conteúdos Programáticos das Formações e reciclagens em matérias do e-SISTAFE e capacitar os utentes do sistema, à distância;
- Prosseguir a implementação de melhorias correctivas e evolutivas do e-SISTAFE;
- Prestar serviços de consultoria nas áreas de reforma estratégica e de inovação de sistemas de Informação, no âmbito de melhoria de processos e operação de sistemas de informação, e serviços de adequação de sistemas antes da sua implementação;
- Consolidar a Infraestrutura de Tecnologias de Informação do Centro de Dados;
- Garantir o funcionamento do e-SISTAFE; e
- Dar continuidade a fusão das Redes GovNet e e-SISTAFE.

Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE

- Elaborar o Modelo de Negócios, desenvolver e operacionalizar a aplicação do Módulo de Gestão da Dívida Pública ou em caso da adopção da ferramenta da *Commonwealth, Meridian*, proceder à sua customização;
- Implementar, implantar as funcionalidades do MPE, respeitantes a (o):
 - Plano de Contratações;
 - Portal da contratação pública;
 - Incorporação de Obras;
 - Interoperabilidade com os sistemas do INSS, TA e AT; e
 - Fases de Concursos para modalidade de Concurso por Lances e Concurso Público.
- Garantir a operacionalização do SPO e a aplicação informática Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) para o orçamento de 2021 em cinco sectores;

- Operacionalizar o Manual do MPO em regime piloto;
- Desenvolver funcionalidades do Módulo do Controlo Interno para: (i) Gestão da Programação do Controlo Interno (Base de Conhecimento; Plano Estratégico; Critérios de Selecção e Priorização de Objectos de Auditoria; Consolidação do Plano de Actividades); (ii) Planificação e Execução das Auditorias e Relatórios; (iii) Gestão de Recomendações; e (iv) Produção de Relatórios Operacionais Gerenciais em tela;
- Operacionalizar o Módulo de Administração do Pessoal do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE) relativo aos processos, nomeadamente, de ingresso, fim de relação de trabalho, responsabilidade disciplinar e outros complementares;
- Garantir a comunicação entre o e-SNGRHE e o sistema de Visto do TA;
- Avaliar as condições necessárias para integrar os Municípios no e-SNGRHE;
- Proceder à integração dos Processos Comuns de gestão tributária e dos Impostos de reconstrução nacional, sobre sucessões e doações, Impostos sobre veículos, sobre a transmissão do direito de propriedade (SISA) e Modelo B Simplificado, no e-Tributação;
- Consolidar a adopção do e-SISTAFE Autárquico na execução do orçamento 2020 nas Autarquias Pilotos (Maputo Cidade, Matola e Boane);
- Implementar, implantar e homologar as funcionalidades do SGA relativas aos módulos de receitas autárquicas, repositório único de entidades e balcão de atendimento multicanal; e
- Criar condições técnicas em dez (10) Autarquias para expandir o e-SISTAFE Autárquico.

Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE

- Gerir os pagamentos dos beneficiários da segurança social básica do Instituto de Segurança Social (INAS), recorrendo à integração do Sistema de Gestão de Beneficiários (SGB) com o e-SISTAFE; e
- Elaborar o Modelo de Negócio, customizar e operacionalizar as funcionalidades do Módulo de Gestão e Tramitação Processual (MGTP), bem como desenvolver e operacionalizar as funcionalidades do Módulo Integrador de Dados (MID) do Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP), incluindo a elaboração do respectivo Manual de Apoio ao Utilizador.

Funcionamento e Desenvolvimento do CEDSIF, IP

- Prestar Serviço de Retenção na fonte de descontos não obrigatórios dos funcionários;
- Actualizar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) em função da sua evolução, garantindo o funcionamento do CEDSIF, IP;
- Aprovar o Plano Estratégico do CEDSIF, IP para o período 2020-2024;
- Operacionalizar os instrumentos legais que estabelecem as normas de organização e funcionamento do CEDSIF, como Instituto Público;
- Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001, a coberto da Auditoria Externa de Certificação ao Sistema de Gestão da Qualidade, avaliação de satisfação dos *stakeholders*; e
- Estabelecer e implementar o modelo de gestão de risco em conformidade com as normas ISO 27005, 31000, COBIT, e COSO-ERM.

6. ANEXOS

Anexo I: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Actividades de 2020.

Anexo II: Mapa de Execução do Plano de Aquisições de Bens e Prestação de Serviços para 2020.

Anexo III: Mapa das Capacitações Ocorridas no 3º Trimestre.